

CASCAIS

Câmara Municipal

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO PARA O CONCELHO DE CASCAIS 2025



**CASCAIS
AMBIENTE**
Gestão do Ambiente Terrestre e Marítimo



ÍNDICE

I - TRAMITAÇÃO	3
Parecer	3
Aprovação.....	3
Revisão	3
Prazos de revisão.....	4
II – FICHA TÉCNICA	5
III - SUMÁRIO EXECUTIVO	6
Extensão de Execução	7
Níveis de adequação dos Projetos	8
Cronograma de Execução	10
Orçamento.....	11
Norma habilitante	13
Referência.....	13
Data deste documento	13
IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL.....	14
IV.1 – Projetos de valorização dos espaços rurais	14
IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais	19
IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos.....	45
IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco	59
V- ANEXOS.....	63
V.1 – Projetos sem declinação Municipal	63
V.2 – Matriz de Avaliação do risco	68
V.3 – Glossário	70

I - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução, foi enviado para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa, em 15/11/2024, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, aguardando-se o respetivo parecer desta Comissão Sub-Regional.

APROVAÇÃO

O Programa Municipal de Execução de Cascais será submetido a aprovação em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022.

REVISÃO

A revisão do Programa Municipal de Execução de Cascais terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR. Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.



Câmara Municipal

PRAZOS DE REVISÃO

A Comissão Municipal de Cascais para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, realizará o levantamento de necessidades e definem prioridades para o ano seguinte que remeterá para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do art.º 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

II – FICHA TÉCNICA

O PME de Cascais foi elaborado por um conjunto de entidades com assento na CMGIFR, conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022, estas tabelas traduzem-se na ficha técnica de autores.

CMGIFR de Cascais

Entidade	Cargo	Representante
Câmara Municipal de Cascais	Presidente	Carlos Carreiras
	Vice-Presidente	Nuno Piteira Lopes
Câmara Municipal de Cascais	Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil	Rui Ângelo
Câmara Municipal de Cascais	Chefe da Unidade Técnica Florestal	Mário Rios
Cascais Ambiente	Diretor da Gestão da Estrutura Ecológica	João Melo
Junta de Freguesia de Alcabideche	Presidente	José Ribeiro
União de Freguesias Cascais Estoril	Presidente	Pedro Morais
União de Freguesias de Carcavelos Parede	Presidente	Nuno Alves
Junta de Freguesia São Domingos de Rana	Presidente	Fernando Marques
ICNF	Perito da Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas de LVT	Carlos Trindade
GNR	Comandante do Destacamento Territorial de Sintra Cascais	Major Ferreira da Silva
Bombeiros Voluntários de Alcabideche	Comandante	José Palha
Bombeiros Voluntários de Alcabideche	Comandante	Cristina Santos
Bombeiros Voluntários de Carcavelos e S.D. Rana	Comandante	Paulo Santos
Bombeiros Voluntários do Estoril	Comandante	Paulo Rocha
Bombeiros Voluntários da Parede	Comandante	Pedro Araújo

III - SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação declina os grandes objetivos à escala sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os Programas Municipais de Execução e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Os programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala municipal o programa sub-regional de ação que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados. A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no programa municipal de execução.

Os programas municipais de execução são elaborados pelos municípios, em articulação com as comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, de acordo com as prioridades definidas no programa sub-regional de ação, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR.

O Programa Municipal de Execução (PME) define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Cascais foi constituída a 22 de junho de 2022 (constituída na última reunião da CMDF de Cascais realizada a 22 de junho de 2022).

O Programa Municipal de Execução de Cascais conta com 19 projetos. Os 18 projetos são transpostos do PSA-AML, sendo que em 16 projetos caracteriza-se as ações detalhadas a executar e em 2 projetos (projeto 1.2.2.5 – Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais e projeto 2.2.1.1- Reporte de Gestão de Combustível), não é pressuposto a execução de tarefas, apenas o reporta de informação ao nível de planeamento superior.

Nos termos da Lei, este Programa municipal de execução será aprovado pela Comissão municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Cascais, após sujeito a parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSubR GIFR) da Área Metropolitana de Lisboa.

Extensão de Execução











Na Figura 1 apresenta-se a extensão de execução no concelho de Cascais, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual se encontrar na ficha de projeto respetiva.



Figura 1. Extensão de execução no concelho de Cascais do PME 2025.

Níveis de adequação dos Projetos

A tabela seguinte resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	E 	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E		
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	E 	E
	1.2.1.2 PRGP	R		
	1.2.2.1 Multifundos	E	R	
	1.2.2.2 Certificação	E	E	E
	1.2.2.4 Economia Rural	E	R	R
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	E	R	R
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	M	R	
	2.1.1.1 AIGP	E		
2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	E 		
2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E		
2.1.1.4 Transposição PROF	M	M		
2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R	R	
2.2.1.2 Rede Primária	E			
2.2.1.3 Rede Secundária	M	E 	E	
2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	M	E 	E	
2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E 	E	
2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	M	E	E	
2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	M	E		
2.2.1.9 Uso do Fogo	M	E 	E	
2.2.2.1 Compostagem	M	E	E	
2.2.2.2 Biomassa	M	E	E	
2.3.1.1 Defesa pelos Privados	M	E	E	
2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	M	E		
2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	M	E	E	
3.1.1.2 Queimas e Queimadas	M	E 	E	
3.1.1.3 MARQ	M			
3.1.2.1 Vigilância	M	E 		
3.1.2.2 Forças Armadas	M	M		
3.1.2.3 RVDI	E	E		

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	3.1.3.3 Investigação e causas	E	E 	
	3.2.1.1 Comunicação Integrada	E	E	
	3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	M	E 	E
	3.2.1.3 Comunicação em Emergência	M	E	E
	3.2.1.4 Formação de OCS	E	E	
	3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	M	E	E
	4.1.1.2 Dados Meteorológicos	M	E	
	4.1.2.1 Comissões SGIFR	E	E	E
	4.1.2.2 Programação e Dimensionamento	R	R	
	4.1.2.3 Programas de Ação	E	E	E
	4.1.2.4 Normas Técnicas	E	E	
	4.1.3.1 Orçamento	R	R	
	4.2.2.1 Monitorização	M	E	
	4.2.2.3 Lições Aprendidas	E	E	
	4.3.1.1 Projeto Piloto			
4.3.2.3 Supressão	R	R 		
4.4.1.3 Formação e Qualificação	M	E		

Nota: O PNA não está indicado na medida em que todos os projetos têm reflexo no Programa Nacional de Ação.

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Projeto Chave

Projetos com mais impacto na implementação da Estratégia sub-regional e concretização de resultados.



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado

Cronograma de Execução

A tabela abaixo apresenta o cronograma anual de execução dos projetos com declinação no PME de Cascais, para o ano de 2025.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.2.1.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
1.2.2.5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
2.2.1.1			■			■			■			■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.4	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.2.1.5	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.2.1.6	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.2.1.9	■	■	■							■	■	■
2.2.2.1	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.3.1.2	■	■	■	■	■					■	■	■
3.1.1.2						■	■	■	■	■		
3.1.2.3					■	■	■	■	■	■		
3.1.3.3				■	■							
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
3.2.1.3		■	■	■								
3.2.2.1		■	■	■	■	■						
4.1.2.1			■			■			■			■
4.1.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Orçamento

A tabela 2 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Cascais conta com um orçamento global de **1 827 265,00 €** (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e cinco euros).

Projetos	Principais Metas	Orçamento
1.2.1.1	Constituição de uma ZIF para o território florestal do concelho	A definir
1.2.2.5	Promover a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais e da diversificação dos serviços de ecossistema	A definir
2.1.1.3	Recuperação pós-fogo e intervenção em área ardida com mais de 10 ha e menos de 500 ha – área ardida de 87,9 ha	163 505,00€
2.2.1.1	Operacionalizar um sistema de reporte de informação	N/A
2.2.1.3	Gestão efetiva de FGC numa área de 435 hectares	790 760,00 €
2.2.1.4	Gestão efetiva de mosaicos de parcelas 96 hectares	172 800,00 €
2.2.1.5	Conservação de habitats específicos: 232 hectares; Redução de áreas ocupadas por espécies exóticas invasoras: 330 hectares	A definir
2.2.1.6	Recuperação de galerias ribeirinhas	A definir
2.2.1.9	Realização de ação de fogo controlado: 5,0 hectares	A definir
2.2.2.1	Território florestal gerido com recurso a técnicas de incorporação de resíduos florestais/matéria orgânica em compostagem para o solo.	120 000,00€
2.3.1.2	Gestão das áreas envolventes aos aglomerados populacionais: 198 ha. Gestão efetiva das áreas envolventes às edificações integradas em espaços rurais: 61 hectares	466 200,00 €
3.1.1.2	Operacionalização de sistema de apoio à população para realização de queimas	N/A
3.1.2.1	Operacionalização de sistema de vigilância para os períodos críticos	110 000,00 €
3.1.2.3	Operacionalização total dos postos de vigia	A definir
3.2.1.2	Aumento da sensibilização da população para adoção de comportamentos mais seguros: 80% população do concelho	2 000,00€
3.2.1.3	Operacionalizar sistema de comunicação das entidades em contexto de emergência	A definir
3.2.2.1	Ações de sensibilização à comunidade escolar: 10 ações, 300 alunos abrangidos	2 000,00€
4.1.2.1	Coordenar e secretariar a Comissão de Gestão integrada do SGIFR	N/A
4.1.2.3	Monitorizar a atualização do PME	N/A
TOTAL		1 827 265,00 €

Norma habilitante

Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Referência

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).
- Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, que regulamenta os Instrumentos de Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelecendo as regras técnicas de elaboração, consulta pública, aprovação, e conteúdos dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, que altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Decreto-Lei n.º 56/2023, de 14 de julho - Altera o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para enquadrar a aplicação da metodologia de adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.

Data deste documento

09 de dezembro de 2024

IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

IV.1 – PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS						1.2.1.1.					
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão florestal através da constituição da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Cascais. Realizar ações de divulgação e sensibilização dos proprietários para aderirem à ZIF. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Gestão agregada do território rural inserido no Parque Natural Sintra-Cascais, diminuindo o abandono da gestão rural e a perigosidade de incêndio, aumentando a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais. 						Principais entidades envolvidas <ul style="list-style-type: none"> R Município A Comissão Municipal GIFR S Proprietários privados, Município, Juntas de Freguesia C AML I AGIF; CIM F Comissão Sub-Regional GIFR 					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: a definir											
Indicadores						Unidade		Meta			
1) Número ZIF constituída e gerida por entidade gestora						N.º		1			
2) Número de aderentes da ZIF						N.º		20			
3) Área de ZIF em gestão total que não integra AIGP						ha		2345			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 6 - Moderado (S2; P3) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Os proprietários não sabem onde se localizam os seus prédios rústicos na área da ZIF. Fraca adesão dos proprietários à ZIF. Elevadas expetativas imobiliárias dos proprietários com prédios rústicos no Parque Natural Sintra-Cascais 											



GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS										1.2.1.1.	
<p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Embora os proprietários pretendam fazer parte da ZIF não sabem quais são os prédios rústicos ou nem sequer sabem que possuem determinados terrenos. Com base na sua documentação e mapeamento cadastral, a equipa apoiará os proprietários na identificação da sua propriedade na área da ZIF. A adesão dos proprietários à ZIF será incentivada através de contactos pessoais presenciais por parte da equipa para esclarecer os objetivos, a importância da sua participação e assim envolvê-los na gestão agregada do território rural. 											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão florestal agregada através da constituição da ZIF promovendo o planeamento das ações e intervenções de forma participativa envolvendo os proprietários. 						Município Projeto LIFE ResLand (financiamento europeu)					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Elaboração de cartografia e documentação de apoio						Município			A definir		
2) Ações e reuniões com proprietários						Município e ICNF			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 - Moderado (S2; P3)											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. 											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação											

A Figura 2 apresenta a cartografia individual da ficha de projeto 1.2.1.1.

PROPOSTA DA ZIF DE CASCAIS



Figura 2. Proposta da ZIF de Cascais.



MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGROFLORESTAIS						1.2.2.5.			
<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Potenciar o valor acrescentado da multifuncionalidade dos espaços agroflorestais e da diversificação dos serviços de ecossistema <p>Principais resultados esperados</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementação de modelos de gestão sustentável nas práticas agroflorestais, salvaguardando a biodiversidade e os habitats Envolvimento da comunidade local da ZIF Cascais na dinamização e reativação de atividades agroflorestais de produtos de alto valor acrescentado, conferindo à paisagem um mosaico diversificado e de descontinuidade de vegetação Conservação de variedades locais, contribuindo para a manutenção da biodiversidade Aumento do conhecimento dos proprietários e população em geral para a importância das questões do mundo rural e consciência ambiental por parte dos consumidores 						<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R Município</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S Proprietários privados, Município, Juntas de Freguesia, Entidade Gestora da ZIF, ICNF, IFAP, DGADR, DGAV, pastores, apicultores, agricultores</p> <p>C AML</p> <p>I AGIF; CIM</p> <p>F Comissão Sub-Regional GIFR</p>			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME: a definir									
Indicadores						Unidade	Meta		
1) Número de projetos apoiados e investimento realizado						Nº	A definir		
2) Áreas por atividade agroflorestal						ha	A definir		
3) Novas colmeias (n.º) e novos apicultores registados (n.º)						N.º	A definir		
<p>Gestão de risco do projeto</p> <p>Risco Total: 12 – Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto)</p> <p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fraca adesão dos proprietários aos projetos de multifuncionalidade dos espaços agroflorestais. Ausência de financiamentos para a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> A adesão dos proprietários aos projetos será incentivada através de contactos pessoais e de sessões presenciais por parte da equipa para esclarecer os objetivos, a importância dos projetos quer na componente económica quer na proteção do território a incêndios rurais severos. Mercado local de proximidade para comercialização dos produtos agroflorestais, agroalimentares e outros associados. 									



MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGROFLORESTAIS										1.2.2.5.	
<ul style="list-style-type: none"> Promover a actividade de silvopastorícia, o combate ao abandono da gestão do território e a dinamização de sistemas produtivos locais (e.g. azeite de zambujeiro, aguardente de medronho, figos, trigo barbela e trigo sarraceno). A ausência de financiamentos, provavelmente, poderá ser parcialmente compensada pelo investimento na multifuncionalidade dos espaços agroflorestais, associativismo e gestão partilhada de recursos humanos, know-how, equipamento e tecnologias. A curto-médio prazo, a gestão florestal sustentável em espaços agroflorestais, poderá prevenir incêndios rurais, pragas e doenças florestais e rentabilizar as explorações agro-florestais. 											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão agroflorestal multifuncional. 						Município Projeto LIFE ResLand (financiamento europeu) FEADER, etc., a aguardar outras fontes de financiamento					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Na área da ZIF de Cascais (a constituir): Ação de valorização e promoção de sistemas produtivos locais (e.g. azeite de zambujeiro, aguardente de medronho, figos, trigo barbela e trigo sarraceno)				Proprietários privados, Município e Entidade gestora da ZIF				A definir			
2) Ações e reuniões com proprietários de sensibilização e esclarecimento				Proprietários privados, Município e Entidade gestora da ZIF				A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 12 – Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto)											
Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação											

IV.2 – PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREA ARDIDA COM MAIS DE 10 ha E MENOS DE 500 ha					2.1.1.3			
<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperar as áreas ardidas com mais de 10 ha e menos de 500 ha em colaboração com os proprietários privados de prédios rústicos e as entidades locais <p>Principais resultados esperados</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatórios de estabilização de emergência pós-incêndio Implementação das ações de recuperação da área da ardida a curto-prazo Implementação das ações de recuperação da área da ardida a médio-prazo 					<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R ICNF, Município, proprietários privados, entidades gestoras de infraestruturas; E-REDES, REN, IP, BRISA</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S AML, Comissão Sub-regional SIFR, empresas</p> <p>C Comissão Sub-regional GIFR</p> <p>I Comissão Sub-regional GIFR</p> <p>F GNR, Polícia Municipal</p>			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 163 505 €								
Indicadores					Unidade		Meta	
1) Corte do material lenhoso ardido					ha		78,6 ha até dezembro de 2025	
2) Desobstrução das margens das linhas de água					ha		9,3 ha até dezembro de 2025	
3) Barreiras de pedras e troncos nas linhas de água					n.º		27 barreiras até dezembro de 2025	
<p>Gestão de risco do Projeto</p> <p>Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)</p> <p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os proprietários privados opõem-se à implementação das ações de recuperação da área ardida. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Colocação atempada de avisos na área de intervenção com explicação e enquadramento das ações. Reunião com os proprietários que solicitem esclarecimentos sobre a implementação das ações; a reunião deverá realizar-se localmente na propriedade a interencionar. Sensibilização dos proprietários com o apoio da Polícia Municipal. 								



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREA ARDIDA COM MAIS DE 10 ha E MENOS DE 500 ha											2.1.1.3	
Iniciativa n.º 1											Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Implementação das ações de recuperação da área da ardida a curto-prazo 											Município	
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) Corte do material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha, sem acumulação de resíduos lenhosos na área das faixas de gestão de combustível						Município			45 975			
2) Corte do material lenhoso ardido, produção e espalhamento de estilha						Município			56 490			
3) Corte do material lenhoso ardido e construção de barreiras de troncos e ramos difusos						Município			26 750			
4) Desobstrução das margens da Ribeira da Cadaveira e afluentes – corte e remoção do material lenhoso ardido						Município			12 995			
5) Instalação de barreiras de troncos, ramos e pedras na Ribeira da Cadaveira e afluentes						Município			21 295			
								Total (€)		163 505		
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 												
Observações												
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação												

A Figura 3 e a Figura 4 apresenta a cartografia individual da ficha de projeto 2.1.1.3.

ÁREA ARDIDA NO INCÊNDIO RURAL DE 21/07/2024 NO CONCELHO DE CASCAIS



Figura 3. Limite da área ardida no incêndio rural de 21 de julho de 2024 (87,9 ha).

AÇÕES A IMPLEMENTAR EM 2025 NA RECUPERAÇÃO DA ÁREA ARDIDA NO CONCELHO DE CASCAIS

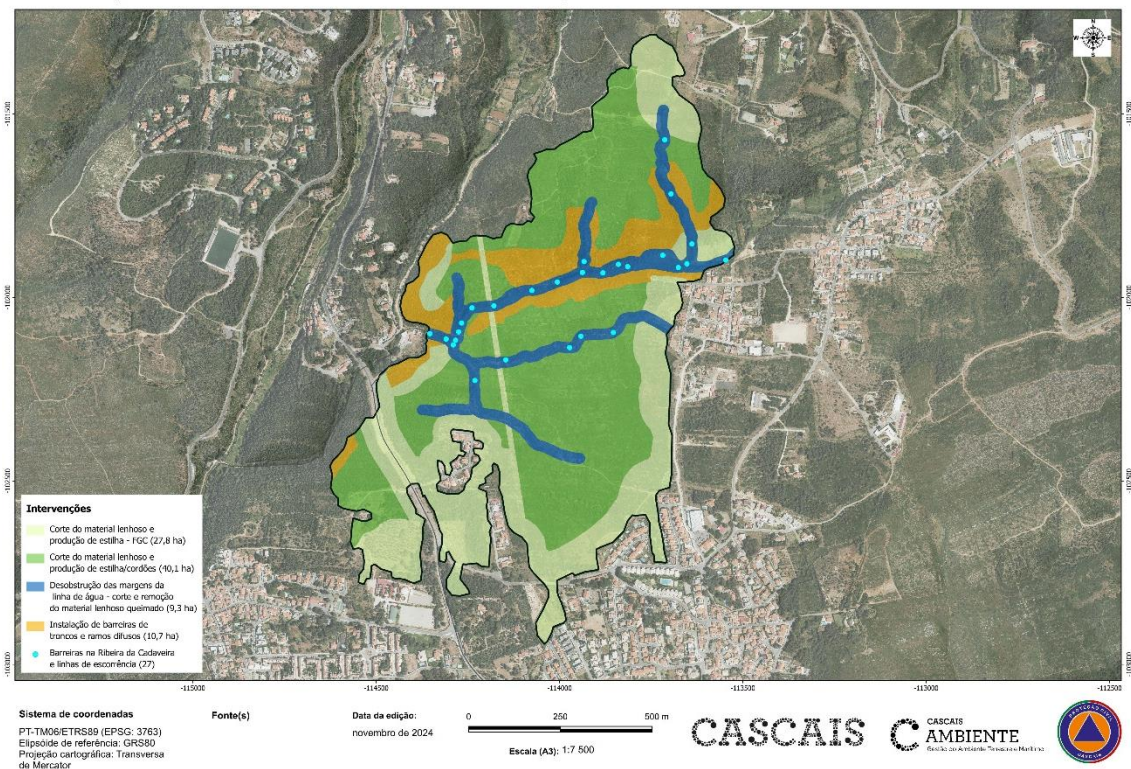


Figura 4. Ações a implementar em 2025 na recuperação da área ardida.

A ficha de projeto 2.2.1.1, não pressupõe a execução de tarefas do projeto, apenas o reporta de informação ao nível de planeamento superior, porém, para apoio ao ICNF, apresenta-se a ficha de projeto



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

ESTABELECEER E OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL					2.2.1.1			
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR. Monitorizar os resultados e identificar as situações que justifiquem a intervenção de forma a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Reporte de dados da gestão de combustíveis através do sistema de informação. 					Principais entidades envolvidas <ul style="list-style-type: none"> R ICNF, Município, proprietários privados, entidades gestoras de infraestruturas; REN, IP, E-REDES, BRISA, ASCENDI A Comissão MUNICIPAL GIFR S AML, Comissão Sub-regional SIFR, empresas C Comissão SUB-REGIONAL GIFR I Comissão SUB-REGIONAL GIFR F GNR, Polícia Municipal 			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): a definir								
Indicadores					Unidade		Meta	
1) Implementação de sistema de informação					N. °		Novo sistema integrado de informação desenvolvido	
2) Taxa de reporte de dados de gestão de combustíveis através do sistema de informação					%		100% do território coberto com sistemas de identificação e reporte	
Gestão de risco do Projeto Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de reporte de gestão de combustível nas FGC's previstas, sobretudo se os responsáveis pela gestão de combustível são proprietários privados. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de priorização de intervenção, monitorização de resultados em parceria entre ICNF, Município, Juntas de Freguesia, proprietários e outras entidades com obrigação legal de gestão de combustível. 								



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

ESTABELECEM E OPERACIONALIZAM O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL										2.2.1.1	
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Mapear as áreas a intervir prioritariamente e as técnicas preferenciais a aplicar em cada zona (áreas piloto) 										FC, FEADER, PO, FA, a aguardar outras fontes de financiamento	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■			■			■			■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Elaboração de mapa com áreas a intervir prioritariamente e as técnicas preferenciais a aplicar em cada zona (áreas piloto)						ICNF, Município			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. 											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 											
Observações											
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar os resultados e identificar situações que justifiquem a intervenção de forma a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas 										FC, FEADER, PO, FA, a aguardar outras fontes de financiamento	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■		■			■			■			■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Monitorização de resultados						ICNF, Município			A definir		
2) Instalações						ICNF, Município			A definir		
Total (€)									A definir		



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

ESTABELECE E OPERACIONALIZA O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.1
<p>Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2) Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none">• As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none">• A resolução referida na gestão de risco do projeto.	
<p>Observações Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação</p>	



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA						2.2.1.3			
<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> A gestão do combustível existente nos territórios rurais é realizada através de faixas e de áreas estratégicas, situadas em locais que potenciam a prossecução das funções de redução dos efeitos da passagem de incêndios, por forma a proteger passivamente as vias de comunicação e todas as edificações localizadas nas áreas de interface: (habitações, infraestruturas e equipamentos de interesse público). <p>Principais resultados esperados</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios 						<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R ICNF, Município, proprietários privados, entidades gestoras de infraestruturas; REN, IP, E-REDES, BRISA, ASCENDI</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S Comissão Sub-regional SIFR</p> <p>C Comissão Sub-regional GIFR</p> <p>I Comissão Sub-regional GIFR</p> <p>F GNR, Polícia Municipal</p>			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
<p>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 783 000,00€</p>									
Indicadores					Unidade	Meta			
1) Gestão efetiva da rede					ha	461,16 ha até 31dez 2025			
2) Área intervencionada					ha	438,10 ha até 31 jun 2025			
3) Taxa de cumprimento					%	95% até 31 jun 2025			
4) Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias					%	95% até 31 dez 2025			
<p>Gestão de risco do projeto</p> <p>Risco Total: Alto - risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto</p> <p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para a execução de faixas de gestão de combustível da rede secundária. Ausência de gestão de combustível nas FGC's previstas, sobretudo se os responsáveis pela gestão de combustível são proprietários privados. O Município de Cascais, excecionalmente, substitui-se aos proprietários, nas obrigações legais de gestão de combustível e realiza trabalhos de limpeza coerciva. Não existência de capacidade de resposta das empresas prestadoras de serviços, para a atividade de silvicultura preventiva e gestão de combustíveis. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de priorização de intervenção, por parte de cada entidade gestora da FGC, em cada área de gestão de combustíveis efetiva da FGC 									
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária. 						FA, FSUE, OE, PR, privados			



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA										2.2.1.3		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
5)	Execução da FGC Municipais				Município				192ha * (valor referência de 1800€) = 345 600 €			
6)	Execução de FGC (Rodovia A5)				BRISA				4ha * (valor referência de 1.800€) = 7200€			
7)	Execução de FGC E-Redes				E-Redes				49,16ha * (valor referência de 1000€) = 49 160 €			
8)	Execução de FGC Áreas edificadas (Aglomerados, edifícios isolados)				Proprietários				215ha * (valor referência de 1800€) = 387 000 €			
9)	Execução de FGC (GDL – Sociedade de Distribuição de Gás Natural de Lisboa)				EDP				1ha * (valor referência de 1800€) = 1800 €			
Total (€)										790 760,00 €		
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 												
Observações												
<ul style="list-style-type: none"> O projeto 2.2.1.3 é um projeto com uma iniciativa obrigatória, por determinação legal (art.º 34.º, art.º 35.º, art.º 49.º e art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro na sua versão consolidada). A localização da área de intervenção das Faixas de Gestão de Combustível (FGC) é suportada pela cartografia digital em formato shapefile disponibilizada pelo Município. O custo total de execução das Faixas de Gestão de Combustível (FGC) da rede secundária no concelho, para 2025, é de 783.000,00€. Este custo total de execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária não é imputável a uma única entidade; resulta, do esforço coletivo, em 2025, de todas as entidades gestoras de FGC's (e.g. proprietários privados, entre outras). Os custos apresentados têm por base os valores históricos de referência para trabalhos neste Município. Durante o ano 2025, a monitorização da área de gestão de combustível efetiva na rede secundária no concelho de Cascais, obrigará a uma atualização/revisão da shapefile da base de trabalho. 												
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Identificação de áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com metodologia a definir 										(a aguardar fontes de financiamento)		



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA										2.2.1.3	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Identificação de áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com metodologia a definir em sede de Grupo de Trabalho da Rede Secundária e posteriormente em CRGIFR, nível técnico e deliberativo.						Entidades da CRGIFR			A definir		
									Total (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto. 											
Observações											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação											

A Figura 5 apresenta a cartografia individual da ficha de projeto 2.2.1.3

INTERVENÇÕES PRECONIZADAS PARA 2025 NA REDE DE FGC DO CONCELHO DE CASCAIS

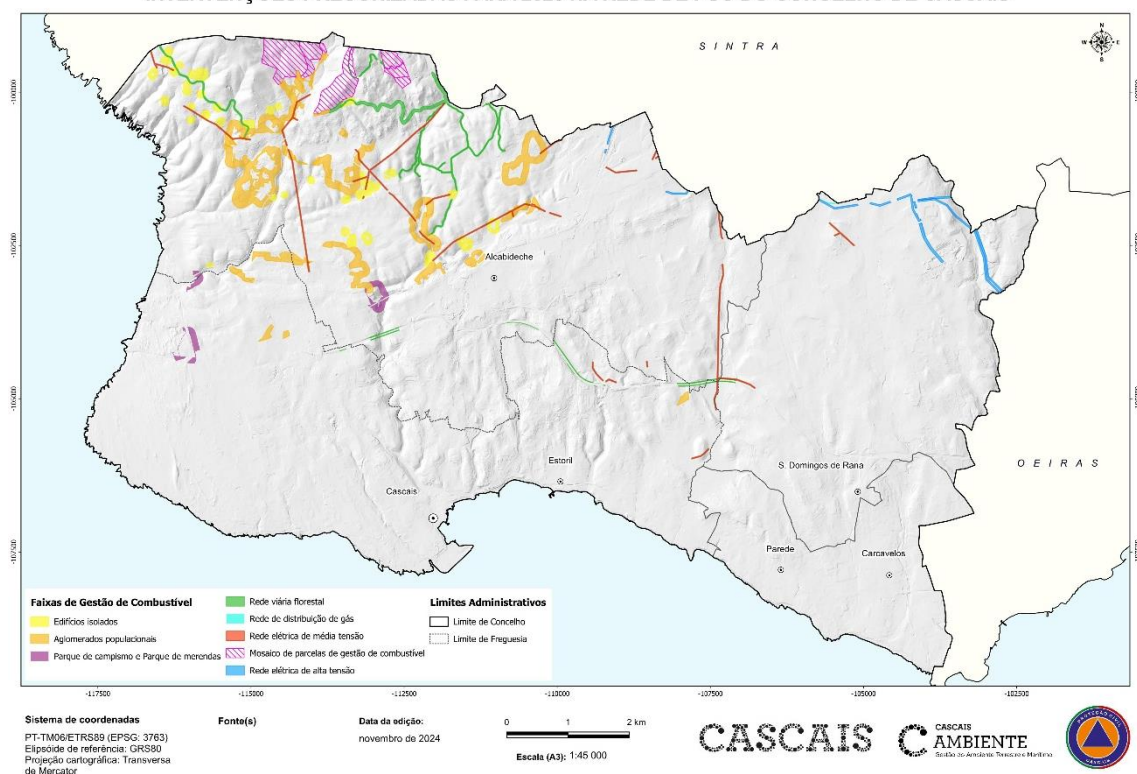


Figura 5. Gestão da Rede Secundária para o Município de Cascais, em 2025.



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL							2.2.1.4				
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Promover a descontinuidade e compartimentação do território rural/florestal, através de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível. 					Principais entidades envolvidas						
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais através de ações de modificação da estrutura e/ou composição de povoamentos florestais e de redução da biomassa em áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis na paisagem. 					R ICNF, Município A Comissão MUNICIPAL GIFR S ICNF, Município C Comissão SUB-REGIONAL GIFR I Comissão SUB-REGIONAL GIFR F						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 172 800,00€											
Indicadores					Unidade		Meta				
1) Gestão efetiva de mosaicos de parcelas					ha		96 ha até 31dez 2025				
2) Taxa de cumprimento					%		95 % até 31 jun 2025				
Gestão de risco do projeto Risco Total: Alto - risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para a execução da gestão de combustível nos mosaicos de parcelas. Não existência de capacidade de resposta das empresas prestadoras de serviços, para a atividade de silvicultura preventiva e gestão de combustíveis. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de priorização de intervenção das áreas com classes de perigosidade alta e muito alta. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Execução da gestão de combustível nos mosaicos de parcelas 							FA, FSUE, OE, PRR				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Execução da gestão de combustível em mosaicos de parcelas					Município			96ha * (valor referência de 1800€) = 172 800€			
Total (€)							172 800,00 €				
Gestão de risco da iniciativa											



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.4
<ul style="list-style-type: none">O referido na gestão de risco do projeto	
<p>Observações</p> <ul style="list-style-type: none">A localização da área de intervenção dos mosaicos de parcelas, é suportada pela cartografia digital em formato shapefile disponibilizada pelo Município, estando totalmente situada nos Perímetros Florestais da Serra de Sintra Cascais.O custo total de execução da gestão de combustível nos mosaicos de parcelas, no concelho de Cascais, para 2025, é de 172.800,00€. Este custo total de execução da gestão de combustível nos mosaicos de parcelas será imputável ao município de Cascais, que é o cogestor do território dos Perímetros Florestais da Serra de Sintra CascaisOs custos apresentados têm por base os valores históricos de referência para trabalhos neste território.Durante o ano 2025, a monitorização da área de gestão de combustível efetiva nos mosaicos de parcelas, no concelho de Cascais, obrigará a uma atualização/revisão da shapefile da base de trabalho.	



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR							2.2.1.5		
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Reduzir os impactos da proliferação de espécies exóticas invasoras e dos incêndios rurais nas áreas de elevado valor de conservação 				Principais entidades envolvidas					
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Concliação da gestão e conservação das áreas de elevado valor e a execução de gestão de combustível SGIFR Diminuição da área ocupada por espécies exóticas invasoras Conservação de habitats e espécies endémicas 				R Município, ICNF, proprietários privados A Comissão MUNICIPAL GIFR S Comissão SUB-REGIONAL GIFR C Comissão SUB-REGIONAL GIFR I Comissão SUB-REGIONAL GIFR F ICNF, GNR, Polícia Municipal					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): a definir									
Indicadores				Unidade		Meta			
1) Redução da área ocupada por espécies exóticas invasoras				ha		330,9			
2) Conservação dos habitats 2210, 2250, 2130, 5210, 5330 e 6210				ha		232,5			
3) Recuperação da população de espécies endémicas de <i>Dianthus cintranus</i> (EN), <i>Armeria pseudoarmeria</i> (VU), <i>Juncus valvatus</i> (NT) e <i>Omphalodes kuzinskyanae</i> (CR)				N.º		3			
Gestão de risco do projeto									
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)									
Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Redução/ausência de financiamento para implementação das ações de controlo de exóticas invasoras a, pelo menos, seis anos. Pouca disponibilidade de recursos e mão-de-obra profissional para execução do controlo de exóticas invasoras salvaguardando habitats e espécies endémicas. 									
Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Formação das equipas executantes sobre as medidas as boas práticas florestais a implementar, salvaguardando os habitats e as espécies endémicas. 									
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Controlo de espécies exóticas e invasoras 						Município Projeto LIFE ResLand (financiamento europeu)			



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR												2.2.1.5
											FEADER, etc., a aguardar outras fontes de financiamento	
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■				■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
a) Controlo de exóticas invasoras						Município			A definir			
TOTAL (€)									A definir			
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 												
Observações:												
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.												

A Figura 6 e a Figura 7 apresentam a cartografia individual da ficha de projeto 2.2.1.5.

ÁREAS DE ELEVADO VALOR DE CONSERVAÇÃO DE CASCAIS

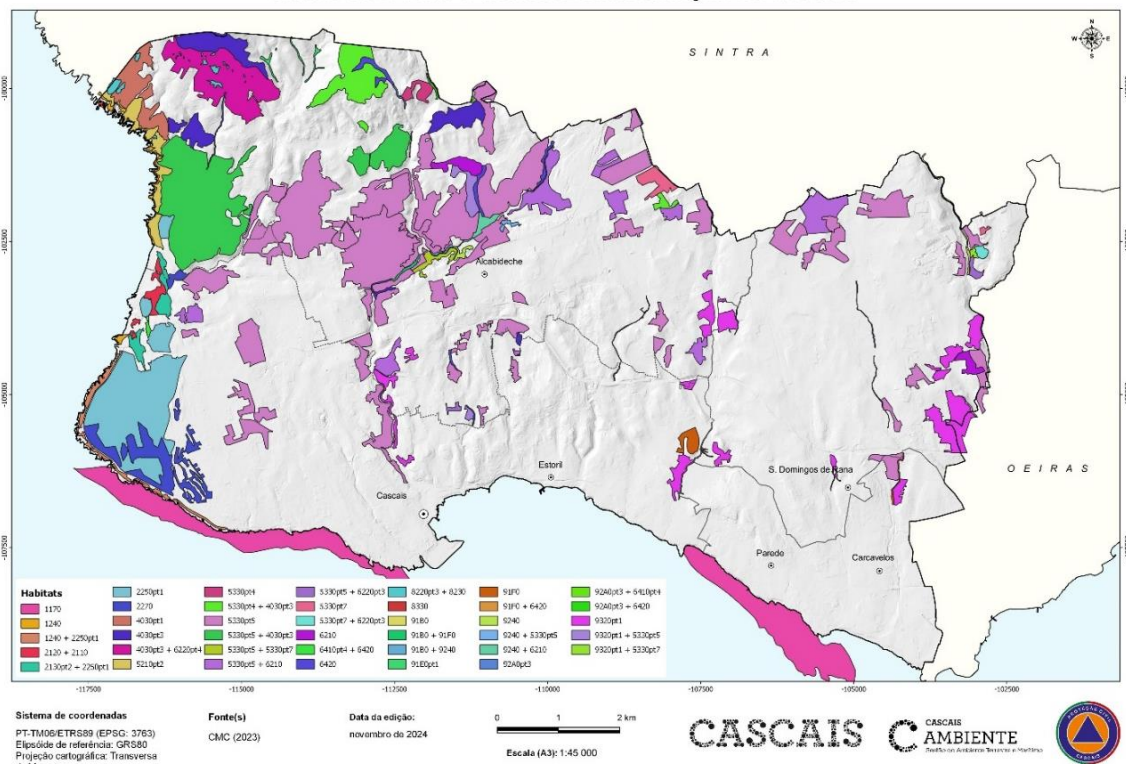


Figura 6. Áreas de elevado valor de conservação de Cascais.

GESTÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS

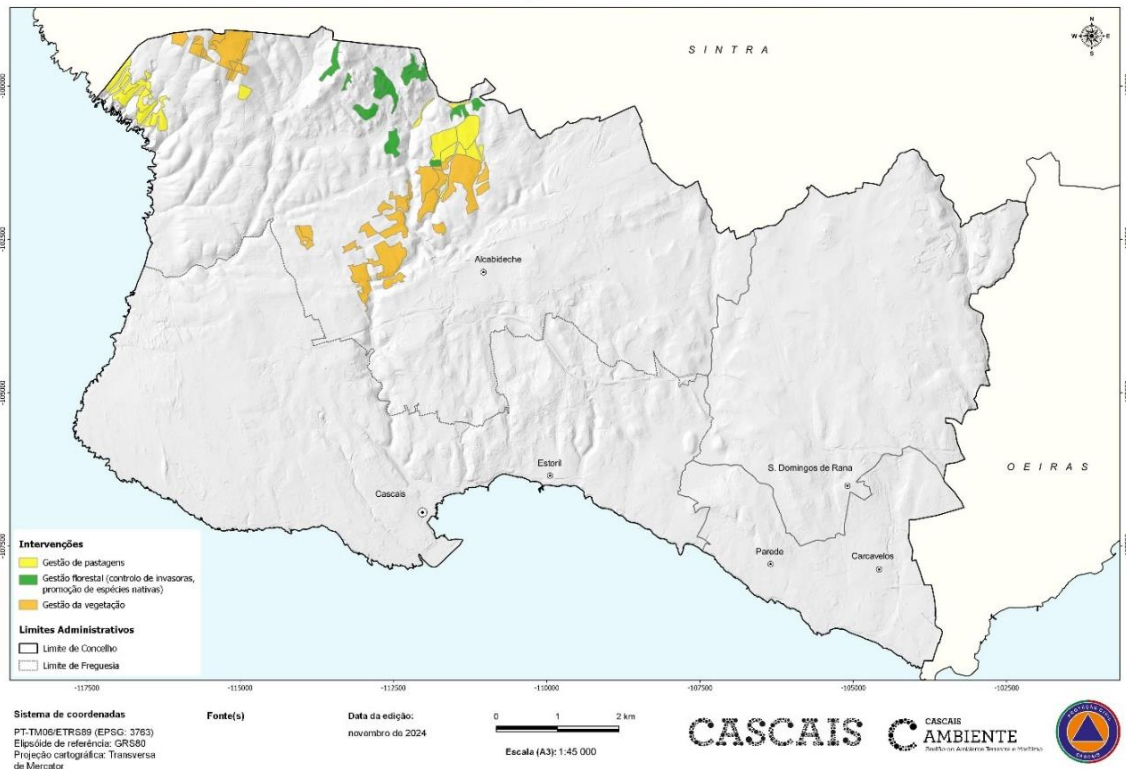


Figura 7. Gestão das áreas de conservação do Parque Natural Sintra-Cascais.



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS							2.2.1.6				
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Recuperação e reabilitação de galerias ribeirinhas através de ações de naturalização e reperfilamento das linhas de escoamento de água 				Principais entidades envolvidas							
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Promoção de corredores ecológicos Redução do perigo e impactos dos incêndios rurais, das secas e inundações Criação de zonas húmidas 				R Município, ICNF, proprietários privados A Comissão MUNICIPAL GIFR S Comissão SUB-REGIONAL GIFR C Comissão SUB-REGIONAL GIFR I Comissão SUB-REGIONAL GIFR F ICNF, GNR, Polícia Municipal							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): a definir											
Indicadores				Unidade				Meta			
1) Recuperação de galerias ribeirinhas				ha				3,6			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para projetos de gestão de galerias ripícolas. Pouca disponibilidade de recursos e mão-de-obra profissional para a recuperação das galerias ribeirinhas salvaguardando habitats e espécies endémicas. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Formação das equipas executantes sobre as medidas as boas práticas florestais a implementar, salvaguardando os habitats e as espécies endémicas. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Execução do Plano de Ação para intervenção em galerias ribeirinhas 							Município Projeto LIFE ResLand (financiamento europeu) FEADER, etc., a aguardar outras fontes de financiamento				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS		2.2.1.6
Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
a) Naturalização e reperfilamento das linhas de escoamento de água	Município	A definir
b) Controlo seletivo vegetação infestante e/ou exótica invasora para redução da competição interespecífica e favorecimento da regeneração da vegetação ripícola.	Município	A definir
c) Corte e remoção de árvores mortas, doentes, em mau estado fitossanitário, tombadas, dominadas de copa malconformada e de posição inferior no povoamento.	Município	A definir
d) Adensamento com espécies ripícolas autóctones.	Município	A definir
TOTAL (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 		
Observações: Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

A Figura 8 apresenta a cartografia individual da ficha de projeto 2.2.1.6

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS DE CASCAIS



Figura 8. Gestão de galerias ribeirinhas de Cascais.



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL										2.2.1.9	
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Promoção da técnica de fogo controlado/prescrito (implementação do PFC 2/289-2020/2021) 					Principais entidades envolvidas						
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Promover, com o ICNF, a utilização de fogo controlado na gestão da vegetação em áreas de matos 					R ICNF A Comissão MUNICIPAL GIFR S Município, Juntas de Freguesia, CB's, proprietários privados, Comissão Sub-Regional GIFR C AML, CIM, Comissão SUB-REGIONAL GIFR I Comissão SUB-REGIONAL GIFR F GNR, Polícia Municipal						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): a definir											
Indicadores					Unidade		Meta				
1. Área de matos gerida com recurso à técnica de fogo controlado (PFC 2/289-2020/2021)					ha		5				
Gestão de risco do projeto Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para projetos de uso do fogo controlado/prescrito. Ausência de ações de comunicação e informação estratégica de fogo técnico à comunidade. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Apoio institucional do ICNF. Divulgação e sensibilização da população relativamente às ações de fogo controlado. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Dinamização da técnica de fogo controlado em áreas de alta e muito alta perigosidade e em áreas com potencial para grandes incêndios 							Município Projeto LIFE ResLand (financiamento europeu) FEADER, etc., a aguardar outras fontes de financiamento				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>							<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL		2.2.1.9
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
a) Ações de comunicação e informação à comunidade	Município Entidades GIFR	A definir
TOTAL (€)		A definir
<p>Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4) Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A resolução referida na gestão de risco do projeto. 		
<p>Observações: Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.</p>		

A Figura 9 apresenta a cartografia individual da ficha de projeto 2.2.1.9

USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL DE CASCAIS

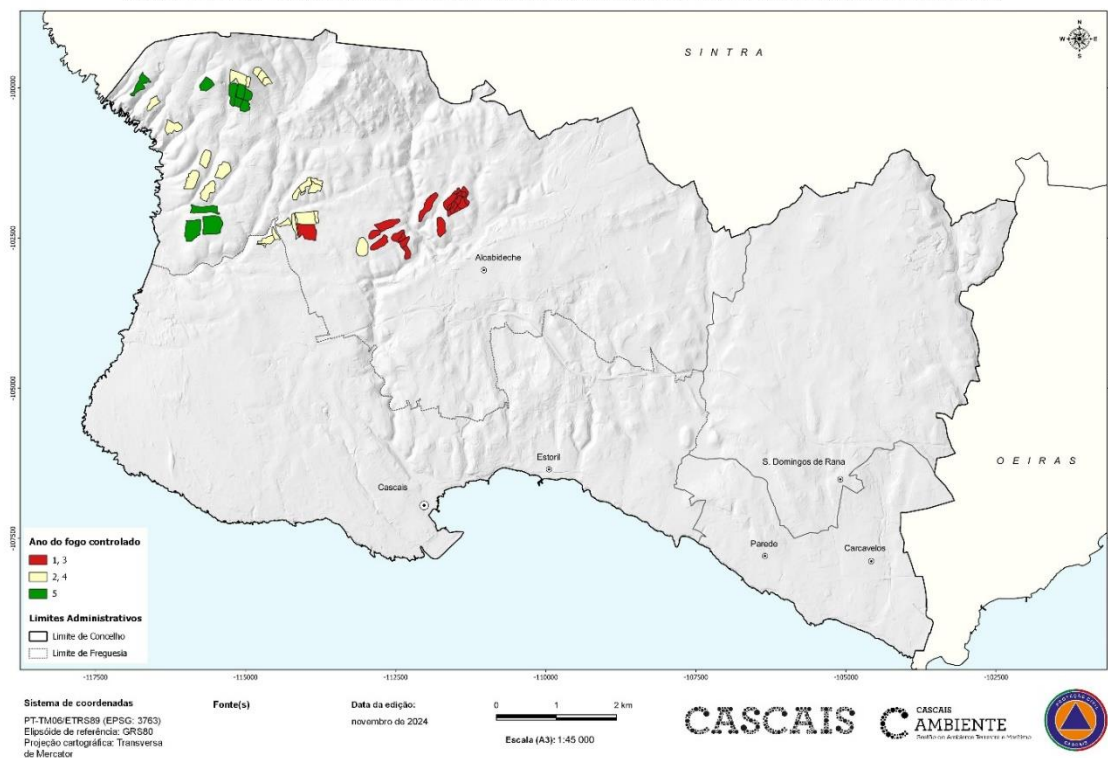


Figura 9. Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural de Cascais



PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM										2.2.2.1	
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Promoção de técnicas de compostagem (<i>in situ</i>) dos resíduos resultantes da gestão de combustíveis florestais nas áreas dos Perímetros Florestais da Serra de Sintra Cascais. 					Principais entidades envolvidas						
					R		ICNF				
					A		Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S		Município, Comissão Sub-Regional GIFR				
					C		AML, CIM, Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
					I		Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
					F						
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade dos solos através da incorporação de matéria orgânica nos solos. Melhoria do regime hídrico da Serra de Sintra Cascais Promover a retenção de CO2 nos solos 											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 120.000,00€											
Indicadores					Unidade		Meta				
2. Área de floresta e matos gerida com recurso a técnicas de incorporação de resíduos florestais/matéria orgânica estilhaçada para o solo.					ha		40				
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4)											
Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para aquisição de equipamentos para transformação de resíduos florestais em estilha (matéria orgânica para compostagem <i>in situ</i>). 											
Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Obtenção de apoios a fundos europeus FEADER ou outras fontes de financiamento 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de equipamentos que permitam a utilização de técnicas de compostagem dos resíduos resultantes da gestão de combustíveis florestais. 							OM FEADER, etc., a aguardar outras fontes de financiamento				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM			2.2.2.1
Recursos			
	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
b)	Aquisição de 2 equipamentos para estilhaçamento de resíduos florestais	FEADER ou outras fontes de financiamento	120.000,00
	TOTAL (€)		120.000,00
<p>Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4) Ameaças: • Falta de verba para a aquisição dos equipamentos necessários. Resolução Geral: • A resolução referida na gestão de risco do projeto.</p>			
<p>Observações: Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.</p>			



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS					2.3.1.2				
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> A gestão do combustível existente no território rural é realizada através de faixas e de áreas estratégicas, situadas em locais que potenciam a prossecução das seguintes funções: Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva o território e o edificado rural. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Redução do risco de incêndio fruto de uma melhor gestão de combustíveis nas faixas, protegendo as áreas de interface urbano-rural/florestal e o edificado rural. 					Principais entidades envolvidas <p>EC</p> <p>R</p> <p>A Comissão MUNICIPAL GIFR</p> <p>S ICNF, Municípios, REN, EREDES, IP, IMT, BRISA, todos os privados</p> <p>C CIM, Comissão SUB-REGIONAL GIFR</p> <p>I Comissão SUB-REGIONAL GIFR</p> <p>F GNR</p>				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 466 200,00€									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Gestão efetiva das áreas envolventes aos aglomerados populacionais					ha		198 ha até 31 maio 2025		
2) Área intervencionada					ha		198 ha até 31 maio 2025		
3) Taxa de cumprimento					%		95 % até 31 maio 2025		
4) Gestão efetiva das áreas envolventes às edificações integradas em espaços rurais					ha		61 ha até 31 maio 2025		
5) Área intervencionada					ha		61 ha até 31 maio 2025		
6) Taxa de cumprimento					ha		95 % até 31 maio 2025		
Gestão de risco do projeto Risco Total: Alto - risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para a execução de Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas. Ausência das intervenções de gestão de combustível previstas, sobretudo se os responsáveis pela gestão de combustível são proprietários privados. O Município de Cascais, excecionalmente, substitui-se aos proprietários, nas obrigações legais de gestão de combustível e realiza trabalhos de limpeza coerciva. 									



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS										2.3.1.2	
<ul style="list-style-type: none"> Não existência de capacidade de resposta das empresas prestadoras de serviços, para a atividade de silvicultura preventiva e gestão de combustíveis. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de priorização de intervenção, por parte de cada entidade gestora das áreas envolventes aos aglomerados rurais e das áreas edificadas, através da priorização de intervenção das áreas com classes de perigosidade alta e muito alta. 											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Execução da Gestão de Combustíveis nas áreas envolventes aos aglomerados populacionais 										FA, FSUE, OE, PRR, privados	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■							
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Gestão de Combustíveis nas áreas envolventes aos aglomerados populacionais				Município				50 ha * (valor referência de 1.800€) = 90.00€			
2) Gestão de Combustíveis nas áreas envolventes aos aglomerados populacionais				Proprietários, arrendatários ou usufrutuários dos terrenos situados nas áreas de interface urbano-rural/florestal				148 ha * (valor referência de 1.800€) = 266.400€			
Total (€)										356.400,00€	
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											
Observações											
<ul style="list-style-type: none"> O projeto 2.2.1.3 é um projeto com uma iniciativa obrigatória, por determinação legal (art.º 34.º, art.º 35.º, art.º 49.º e art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro na sua versão consolidada). A localização da área de intervenção de Gestão de Combustível nas áreas de interface urbano-rural/florestal é suportada pela cartografia digital em formato shapefile disponibilizada pelo Município. O custo total de execução da Gestão de Combustível nas áreas de interface urbano-rural/florestal, no concelho de Cascais, para 2025, é de 356 400,00€. O custo total desta Gestão de Combustíveis para 2025, não é imputável a uma única entidade; resulta, do esforço coletivo, de todas os detentores e gestoras de propriedades nas zonas em questão (e.g. proprietários privados, entidades proprietárias, município). Os custos apresentados têm por base os valores históricos de referência para trabalhos neste Município. Durante o ano 2025, a monitorização das ações de Gestão de Combustível nas áreas de interface urbano-rural/florestal, no concelho de Cascais, obrigará a uma atualização/revisão da shapefile da base de trabalho. 											



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS										2.3.1.2	
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Execução da Gestão de Combustíveis nas áreas envolventes às edificações integradas em espaços rurais. 										FA, FSUE, OE, PRR, privados	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■							
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Gestão de Combustíveis nas áreas envolventes aos aglomerados populacionais				Proprietários, arrendatários ou usufrutuários dos terrenos				61 ha * (valor referência de 1800€) = 109 800€			
Total (€)										109 800,00 €	
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											
Observações											
<ul style="list-style-type: none"> O projeto 2.2.1.3 é um projeto com uma iniciativa obrigatória, por determinação legal (art.º 34.º, art.º 35.º, art.º 49.º e art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro na sua versão consolidada). A localização da área de intervenção de Gestão de Combustível nas áreas de envolvência do edificado rural é suportada pela cartografia digital em formato shapefile disponibilizada pelo Município. O custo total de execução da Gestão de Combustível nas áreas de envolvência do edificado rural, no concelho de Cascais, para 2025, é de 109.800,00€. Este custo total Gestão de Combustível nas áreas de envolvência do edificado rural em 2025, é imputável ao esforço coletivo, de todas as entidades detentoras e gestoras de terrenos nas zonas em questão (e.g. proprietários privados, arrendatários e usufrutuários de propriedades rurais/florestais). Os custos apresentados têm por base os valores históricos de referência para trabalhos neste Município. Durante o ano 2025, a monitorização das ações de Gestão de Combustível nas áreas de envolvência do edificado rural, no concelho de Cascais, obrigará a uma atualização/revisão da shapefile da base de trabalho. 											

IV.3 – PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS									3.1.1.2
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis, reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais (e.g. autarquias, sapadores, GNR) e utilização de meios de comunicação mais eficazes 					Principais entidades envolvidas				
					R Município de Cascais				
					A Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S ICNF, Juntas de Freguesia, CB's, GNR, PSP, entidades integradas da CMGIFR, Proprietários privados				
					C				
					I AGIF				
					F Comissão Sub-Regional GIFR				
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas; Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais Redução de incêndios resultante de queimas e queimadas 									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): a definir									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Número de pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas					N.º		X		
2) Taxa de resposta aos pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas					%		100%		
3) N.º de acidentes em queimas e queimadas					N.º		0		
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)									



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS											3.1.1.2
<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de acesso à Plataforma do ICNF “Queimas e Queimadas” pela população sénior. Falta de meios humanos por parte do Município para respostas atempadas e aos apoios necessários aos pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas, nos períodos de 01 de junho a 31 de outubro. Proprietários não cumprirem com as não autorizações da Plataforma. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Intervenção dos técnicos do ICNF no circuito de autorizações na plataforma do ICNF das “Queimas e Queimadas”. 											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Difusão de informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo, privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma, quer através de apoio das Juntas de Freguesia. Formar elementos das Juntas de Freguesia para conseguirem dar informação e apoio à população, no acesso e respetivos pedidos de queimas, na plataforma “Queimas e Queimadas”. 										FA, OE, PO, a aguardar outras fontes de financiamento	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	■	■	■	■	■	□	□
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Técnico com competências para difusão de informação meteorológica e recomendações práticas via apoio telefónico ou plataforma.						Município			A definir		
2) Técnico com competências para avaliação das condições meteorológicas e das condições da vegetação e solo, para validar ou rejeitar pedidos da plataforma do ICNF.						Município			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none"> As referidas na gestão de risco do projeto 											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto 											
Observações:											
<p>Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.</p>											



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS									3.1.2.1	
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Garantir ações de vigilância armada para as situações de previsão de condições meteorológicas adversas, para o risco de incêndio rural/florestal. 			Principais entidades envolvidas							
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Redução de ignições e melhoria na resposta das primeiras intervenções, às eventuais ignições, nas áreas rurais/florestais mais críticas. Mais proteção do território do Parque Natural Sintra Cascais 			R GNR, PSP, Município (Sapadores Florestais, Rangers, Polícia Municipal), Corporações de Bombeiros, ICNF/PNSC – Vigilantes da Natureza							
			A Comissão MUNICIPAL GIFR							
			S AML, Comissão Sub-regional SIFR, empresas							
			C ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR							
			I Comissão SUB-REGIONAL GIFR							
			F GNR, PSP							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 110.000,00€										
Indicadores			Unidade			Meta				
1) Ações de vigilância em dias de alto risco (FWI muito alto e extremo) no concelho de Cascais e especialmente no território do PNSC.			N.º horas de vigilância armada			24h de vigilância armada nos dias críticos				
2) Grau de cobertura do território a vigiar nas áreas críticas (art. 41.º e 42.º do SGIFR na sua redação atual) e nos períodos de alerta especial			%			100% do território coberto com vigilância armada				
Gestão de risco do projeto										
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)										
Ameaças:										
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de meios suficientes para resposta a uma vigilância armada. Ausência de verbas para pagamentos de trabalho extraordinário, no reforço de meios, nas diversas entidades envolvidas para a vigilância reforçada nos dias de alto risco e nos períodos de alerta especial. 										
Resolução Geral:										
<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de priorização das áreas de vigilância. Candidatura a apoios financeiros para garantir o trabalho extraordinários no reforço das operações de vigilância e 1.ºas intervenções. 										
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento				
a) Mapear e articular os meios de disponíveis distribuídos pelas diversas entidades. Realização de trabalho extraordinário para a vigilância, nos dias de alto risco e nos períodos de alerta especial, pelas diversas entidades envolvidas.						FC, FEADER, PO, FA, a aguardar outras fontes de financiamento				



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS												3.1.2.1
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Recursos												
Identificação do recurso							Origem do recurso			Custo (€)		
1) Elaboração de mapa de meios humanos disponíveis, equipamentos e viaturas preparadas e disponíveis para as ações de vigilância e de primeira intervenção.							GNR, PSP, Município (Sapadores Florestais, Rangers, Polícia Municipal), Corporações de Bombeiros, ICNF/PNSC – Vigilantes da Natureza			110 000€		
										Total (€)		110 000€
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 												
Observações:												
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.												



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS										3.1.2.3				
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Garantir a operacionalidade da vigilância fixa através dos 2 postos de vigia do concelho, pertencentes à Rede Nacional de Vigilância (Alcoitão e Pedra Amarela) 					Principais entidades envolvidas									
					R GNR									
					A GNR, ANEPC, Comissão MUNICIPAL GIFR									
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Redução de ignições e melhoria na resposta das primeiras intervenções, às eventuais ignições, nas áreas rurais/florestais do concelho. Maior proteção do território do Parque Natural Sintra Cascais 					S Município, GNR									
					C ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR									
					I ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR									
					F GNR									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC						
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 110 000,00€														
Indicadores					Unidade			Meta						
1) Vigilância fixa na época crítica, no concelho de Cascais					N.º dias de vigilância			150						
2) Grau de cobertura do território a vigiar					%			100% do território coberto com os postos de vigia						
Gestão de risco do projeto Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Ausência de meios humanos disponíveis para resposta a uma vigilância total. Estado de manutenção dos postos de vigia que possam comprometer a ação de vigilância. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de maior valorização da atividade profissional de vigilância florestal. 														
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento							
a) Vigilância total nos dois postos de vigia do município							FC, FEADER, PO, FA, a aguardar outras fontes de financiamento							
b) Manutenção física dos postos de vigia							FC, FEADER, PO, FA, a aguardar outras fontes de financiamento							



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS												3.1.2.3
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) Meios humanos disponíveis,						GRN e Município			A definir			
TOTAL (€)									A definir			
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> A resolução referida na gestão de risco do projeto. 												
Observações:												
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.												

A Figura 10 apresenta a cartografia individual da ficha de projeto 3.1.2.3

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS

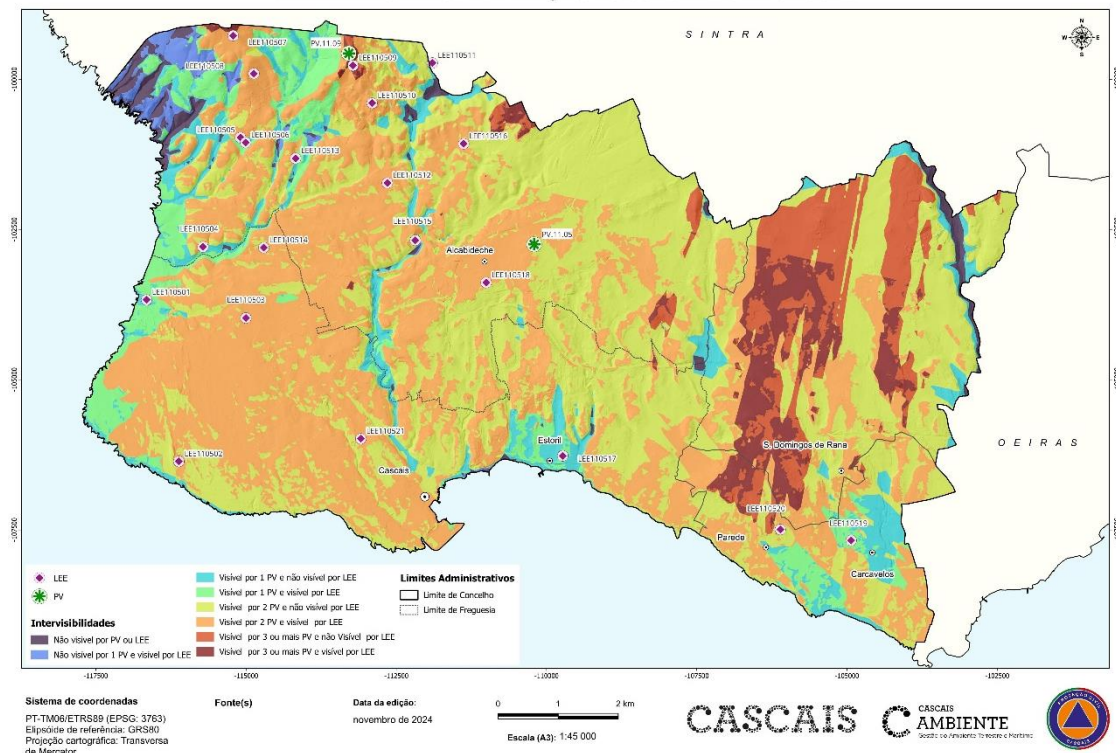


Figura 10. Rede de vigilância e deteção do concelho de Cascais.



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE					3.2.1.2			
<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar ações de sensibilização da população a nível local, seguindo uma abordagem personalizada à região e seus fatores de riscos mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção de incêndios por parte de toda a comunidade. <p>Principais resultados esperados</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumento da sensibilização da população para adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a sua perceção do risco e a proteção das comunidades e respetivos espaços. 					<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R Município.</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S Município, Juntas de Freguesia, GNR, Corpos de Bombeiros.</p> <p>C</p> <p>I</p> <p>F</p>			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2.000,00€								
Indicadores					Unidade		Meta	
1) N.º de ações de sensibilização locais					N.º		1 ação de sensibilização por cada local de risco identificado.	
2) N.º de publicações das redes sociais					N.º		10 Publicações nas redes sociais do Município.	
3) Cidadãos abrangidos pelas iniciativas.					%		30% de alcance do público-alvo (população de Cascais)/150.000	
4) Taxa de sucesso das ações planeadas.					%		Realização de 80% das ações planeadas.	
<p>Gestão de risco do projeto</p> <p>Risco Total: 1 - Baixo</p> <p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de adesão por parte da população e comunidade local. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolução Geral: Direcionar as ações de sensibilização para público-alvo definidos de acordo com os fatores de risco mais relevantes, para a adoção de melhores práticas associadas 								
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Ações de sensibilização e e comunicação de proximidade junto das comunidades locais de maior risco. 						OM		
Calendarização								



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE										3.2.1.2		
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
		■	■	■	■	■	■	■	■			
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€) N/A			
1) Panfletos a distribuir à população.						Município			N/A			
2) Ação de sensibilização						Município			N/A			
3) Representantes de comunidades e coletividades locais						Município			N/A			
Total (€)									N/A			
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 1 - Baixo												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> Falta de adesão por parte da população e comunidade local. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> Não se aplica. 												
Observações												
<ul style="list-style-type: none"> Pondera-se a utilização de conteúdos da Campanha Portugal Chama junto da população. 												
Iniciativa n.º 2						Fonte Financiamento						
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração e implementação de um plano municipal de sensibilização/comunicação social identificando públicos-alvo específicos e as mensagens sobre fatores de risco mais relevantes. 						OM						
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■								
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€) N/A			
1) Panfletos						Município			N/A			
2) Spots/vídeos municipais de sensibilização sobre os comportamentos adequados a adotar durante o período crítico						Município			1.500,00€			
3) Redes Sociais						Município			N/A			
4) Elaboração de cartazes e outdoors									500,00€			
Total (€)									2.000,00€			



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA									3.2.1.3		
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Implementar um sistema de comunicação com as entidades locais, nomeadamente com as entidades envolvidas no sistema de proteção civil e desenvolver um sistema de comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência através dos canais oficiais do município. 					Principais entidades envolvidas						
					R Município						
					A Comissão MUNICIPAL GIFR						
					S CIM, Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					C CIM, Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					I Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					F GNR, PSP						
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise das entidades garantindo um alinhamento integrado 											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0.000.000,00 €											
Indicadores					Unidade		Meta				
1) Número de elementos capacitados para comunicar em contexto de Emergência;					N.º		3				
2) Número de entidades capacitadas para comunicar em contexto de Emergência;					N.º		a definir				
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Não disponibilidade das entidades em dotarem de elementos com esta capacitação Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização das entidades para a importância da capacitação dos seus elementos, para estratégica da comunicação de emergência. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
a) Organizar sessões de capacitação das várias entidades							OM, ANEPC, OE				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				■	■	■	■	■	■		



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA		3.2.1.3
Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Capacitar técnicos para estratégias em comunicação de emergência.	Município	N/A
2) Definição dos procedimentos para uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência.	Município	N/A
Total (€)		N/A
Gestão de risco da iniciativa		
Risco Total: Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)		
Ameaças:		
<ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade momentânea de elementos para a realização atempada das comunicações em contexto de emergência 		
Resolução Geral:		
<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de mais elementos, para reduzir os riscos de falta de meios humanos 		
Observações:		
<ul style="list-style-type: none"> Exemplo de referências a atualizações no PSA neste período de transição. 		
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO								3.2.2.1			
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar a população mais jovem para os perigos de incêndio de modo a adotar comportamentos responsáveis. Aumentar a perceção de risco na população escolar potenciando a capacidade de resposta e resiliência. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização e capacitação da comunidade escolar para o risco de incêndio rural e de proteção e defesa da floresta. 					Principais entidades envolvidas <ul style="list-style-type: none"> R Município. A Comissão Municipal GIFR S Município, Juntas de Freguesia, GNR, Corpos de Bombeiros. C Agrupamento de Escolas, Escolas não agrupadas, Estabelecimentos do Ensino Privado I F 						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2.000,00€											
Indicadores					Unidade		Meta				
1) N° de ações de sensibilização em escolas.					N°		10				
2) N° de alunos abrangidos pelas iniciativas, por nível de ensino, para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da floresta e/ou espaços rurais e comportamentos de autoproteção nas escolas.					N°		300				
3) N° de alunos participantes em visitas de estudo locais de relevância na sua sub-região.					N°		50				
4) Taxa de sucesso das ações planeadas.					%		Realização de 90% das ações planeadas.				
Gestão de risco do projeto Risco Total: 1 – Baixo (S1; P1) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Falta de adesão e disponibilidade por parte dos Agrupamentos de Escolas. Falta de meios humanos para a realização das ações. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Melhor das relações e articulação com os Agrupamentos de Escolas. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
a) Ações de sensibilização à comunidade escolar, salientando a prevenção e minimização de riscos, tendo por base uma cultura de segurança.							OM				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■	■								



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO			3.2.2.1									
Recursos												
	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€) N/A									
1)	Ação de comemoração do Dia Mundial da Floresta.	Município/Escolas	N/A									
2)	Panfletos a distribuir na comunidade escolar	Município	500,00€									
3)	Material didático para as ações de sensibilização	Município	N/A									
4)	Spot de sensibilização do risco de incêndio rural e medidas de autoproteção.	Município	1000,00									
Total (€)			1.500,00€									
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de verba e orçamento por iniciativa. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa. 												
Observações												
<ul style="list-style-type: none"> Pondera-se a utilização de conteúdos da Campanha “Portugal Chama” e Projeto “Raposa Chama” junto da comunidade escolar, assim como o apoio dos Corpos de Bombeiros e GNR nas ações. 												
Iniciativa n.º 2			Fonte Financiamento									
a)	Sensibilização da comunidade escolar em meio urbano para o risco de incêndio rural quando se desloca para o meio rural, em tempo de férias (por ex.)		OM									
Calendarização												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				■	■							
Recursos												
	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€) N/A									
1)	Ação de sensibilização à população escolar.	Município/Escolas	N/A									
2)	Panfletos a distribuir junto da comunidade escolar.	Município	500,00€									
Total (€)			500,00€									



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO	3.2.2.1
<p>Gestão de risco da iniciativa</p> <p>Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)</p> <p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ausência de verba e orçamento por iniciativa. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.	
<p>Observações</p> <ul style="list-style-type: none">• Pondera-se a utilização de conteúdos da Campanha “Portugal Chama” e Projeto “Raposa Chama” junto da comunidade escolar, assim como o apoio dos Corpos de Bombeiros e GNR nas ações.	

IV.4 – PROJETOS DE GESTÃO EFICIENTE DO RISCO



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)										4.1.2.1.			
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Coordenar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de forma a assegurar articulação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, ao nível municipal, por forma a garantir a execução do programa. 					Principais entidades envolvidas								
Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades. 					R Município A Comissão MUNICIPAL GIFR S ICNF, ANEPC, GNR, PSP, BB C AML, OPF`s I AGIF; AML F Comissão SUB-REGIONAL GIFR								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC					
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €													
Indicadores							Unidade		Meta				
1) Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais constituída							Nº		Anual: 1				
2) Nº reuniões na CMGIFR							Nº		4				
Gestão de risco do projeto: Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> A esta data não se identificam ameaças. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Não se aplica 													
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento						
a) Coordenar e secretariar a Comissão de Gestão integrada do SGIFR, articulando as diversas entidades e definindo as atribuições de responsabilidade para cada uma das mesmas.							N/A						
Calendarização													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
		■			■			■			■		
Recursos													
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)					
1) Representantes das entidades na CMGIFR				Entidades GIFR				0,00 €					



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)		4.1.2.1.
2) Instalações	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €
<p>Gestão de risco da iniciativa:</p> <p>Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2)</p> <p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> A esta data não se identificam ameaças. <p>Resolução Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não se aplica <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Exemplo de referências a atualizações no PSA neste período de transição. <p>Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.</p>		



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO										4.1.2.3.		
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> • Criar e Atualizar anualmente o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. 					Principais entidades envolvidas							
					R Município							
					A Comissão MUNICIPAL GIFR							
					S ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR							
					C AML, OPF`s							
					I AGIF; AML							
					F Comissão SUB-REGIONAL GIFR							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC				
Gestão de risco do projeto: Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> • A esta data não se identificam ameaças. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica 												
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €												
Indicadores					Unidade		Meta					
1) PME aprovado					Nº		2025:1 PME aprovado					
2) Parecer emitido em relação ao PME					Nº		2025: 1 Parecer emitido					
3) PME monitorizado					Nº		2025 -2030: PME em monitorização					
4) Percentagem de execução nas áreas definidas como prioritárias					%		80%					
5) Percentagem de execução do Programa					%		80%					
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento					
a) Elaborar o PME, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas							N/A					
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO											4.1.2.3.	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1) Representantes das entidades na CMGIFR				Entidades GIFR				0,00 €				
2) Instalações				Município				0,00 €				
Total (€)										0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa:												
Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> A esta data não se identificam ameaças. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> Não se aplica 												
Observações:												
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
a) Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos										-		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1)				Entidades GIFR				0,00 €				
Total (€)										0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa:												
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)												
Ameaças:												
<ul style="list-style-type: none"> Não há financiamento à data e PRA/PSA não têm esta referência. 												
Resolução Geral:												
<ul style="list-style-type: none"> Encontrar o financiamento e rever o PRA/PSA com esta iniciativa explícita 												
Iniciativa n.º 3										Fonte Financiamento		
a) Transpor os PME para os PDM										-		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO			4.1.2.3.
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>			
Recursos			
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)
		Entidades GFR	0,00 €
		Total (€)	0,00 €
Gestão de risco da iniciativa:			
<ul style="list-style-type: none"> Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) 			
Ameaças:			
<ul style="list-style-type: none"> Não há financiamento à data e PRA/PSA não têm esta referência. 			
Resolução Geral:			
<ul style="list-style-type: none"> Encontrar o financiamento e rever o PRA/PSA com esta iniciativa explícita 			
Observações:			
<ul style="list-style-type: none"> Exemplo de referências a atualizações no PSA neste período de transição. 			
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.			

V- ANEXOS

V.1 – PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2.
Projeto não declinado	
<ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que, de momento, para áreas com cadastro vetorial o projeto BUPI ainda não é aplicável. 	
PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2.
Projeto não declinado	

- Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.

PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)

1.2.1.2.

Projeto não declinado

- Os programas de reordenamento e Gestão de paisagem aplicam-se às áreas delimitadas como território vulnerável, e como tal não aplicável à sub-região da AML, a esta data.

MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS

1.2.2.1.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento das áreas prioritárias, para onde devem ser direcionados os fundos de financiamento e estabelecidos os limiares de referência para apoio às operações agroflorestais.

PATRIMÓNIO FORESTAL CERTIFICADO

1.2.2.2.

Projeto não declinado

A certificação de património florestal no concelho de Cascais está pendente da aprovação do Plano de Gestão Florestal apresentado ao ICNF, que atualmente encontra-se para aprovação nessa entidade, para posterior consulta pública. Não se prevê que a certificação se concretize em 2025.

DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL

1.2.2.4.

Projeto não declinado

- Esta estratégia será implementada no âmbito da ZIF, a qual se prevê que seja constituída em 2025/26.

AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS

1.2.3.2.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.

GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

2.1.1.2.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME, em 2025, porque o PSA-AML não identifica espaços naturais (e.g. área piloto em Parque Natural Sintra Cascais) no concelho de Cascais, alvo de remuneração dos serviços dos ecossistemas.

GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.2
<p>Projeto não declinado</p> <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque no território do concelho de Cascais e para o território do Parque Natural Sintra Cascais não existe Rede Primária. 	
PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	2.2.2.2
<p>Projeto não declinado</p> <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque no território do concelho de Cascais e concelhos vizinhos, não existe volume de biomassa que justifique promover este projeto. 	
PROGRAMA “ALDEIA SEGURA PESSOAS SEGURAS”	2.3.1.4
<p>Projeto não declinado</p> <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME de Cascais, porque na distribuição do território do concelho, não existem aldeias e povoações isoladas, com acessos limitados. 	
PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2.
<ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional. 	
INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3.
<ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, porque não teve declinação sub-regional 	
COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1.
<p>Projeto não declinado</p> <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco. 	
FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	3.2.1.4.
<p>Projeto não declinado</p> <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque é ao nível sub-regional, que a Entidade Intermunicipal tem a incumbência de fazer anualmente o levantamento dos órgãos de comunicação social ao nível sub-regional e municipal para que sirva de orientação à estruturação formações na região, portanto, o número de ações de formação está diretamente associado ao número de OCS existentes na região e ao número de formandos a definir por sessão. 	
SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO	4.1.1.2.

- Este projeto não declina para o PME, porque não teve declinação sub-regional

PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

4.1.2.2.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque o dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e municípios.
- O projeto declinou para a sub-região para garantir no estudo de dimensionamento do sistema, a auscultação das Entidades Intermunicipais e se as necessidades apontadas pelos municípios estão a ser satisfeitas.
- Numa lógica de gestão eficiente de recursos a informação deve ser agregada a nível sub-regional pela Entidade Intermunicipal (e não a nível municipal).

NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS

4.1.2.4.

Projecto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque a auscultação do município é realizada no nível da sub-região, onde existe a monitorização e adequação da aplicação das normas técnicas e diretivas operacionais.
- Este projeto pretende garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território.

ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL

4.1.3.1.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação (PRA e PSA), não detendo uma componente operacional no município.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.2.2.1.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque a monitorização e avaliação das equipas é realizada ao nível sub-regional, de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional/sub-regional. O cruzamento dos resultados de monitorização/avaliação obtidos em cada entidade com o resultado desses indicadores, permitirá identificar boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundi-las ou a introduzir necessidades/oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas.

SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS

4.2.2.3.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque as entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional, e não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade.
- A monitorização do projeto é garantida a nível sub-regional

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO

4.3.1.1.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março) se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais.

GESTÃO DA SUPRESSÃO

4.3.2.3.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME, porque não teve declinação sub-regional.

IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR

4.4.1.3.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, a formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, as Entidades Intermunicipais e municípios serão beneficiários.

V.2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

Avaliação de risco das Iniciativas:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

Severidade Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.3 – GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

a. Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PSA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFA de acordo com a codificação abaixo.

Código	O que significa
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Aprova A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consulta As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informa As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

b. Entidades envolvidas

Entidade	Definição
AdP	Águas de Portugal
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
ANI	Agência Nacional da Inovação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ASPS	Aldeia Segura, Pessoas Seguras
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
CB	Corpo de Bombeiros
CSREPC	Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CENFIC	Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLC	Companhia Logística de Combustíveis
CMGIFR	Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
COTF	Centro de Operações e Técnicas Florestais (COTF – ICNF)
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral da Energia e Geologia
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EDP	Energias de Portugal
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
ESF	Equipas de Sapadores Florestais
FA	Força Aérea
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEB	Força Especial de Bombeiros
FFAA	Forças Armadas
FGC	Faixa de Gestão de Combustível
GIFR	Gestão Integrada de Fogos Rurais
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas



Câmara Municipal

Entidade	Definição
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IR	Incêndio Rural
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
OPF	Organizações de Produtores Florestais
OSL	Oficial de Segurança Local
PME	Programa Municipal de Execução
PGF	Plano de Gestão Florestal
PJ	Polícia Judiciária
PSA	Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Redes Energéticas Nacionais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UGF	Unidades de Gestão Florestal
ZIF	Zonas de Intervenção Florestal